

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	11
-----------------------------	----

INTRODUÇÃO

1. Jurisdição constitucional	13
2. O Supremo Tribunal Federal: cúpula do Poder Judiciário e Corte Constitucional	15
3. Sistema de controle de constitucionalidade das normas	16
4. A eficácia das sentenças na jurisdição constitucional	21

Parte Primeira

EFICÁCIA DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. EFICÁCIA DAS DECISÕES NO CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE	25
1.1 A natural vocação expansiva das decisões sobre a constitucionalidade das normas	25
1.2 Eficácia <i>inter partes</i>	28
1.3 Eficácias reflexas	30
1.4 Suspensão, pelo Senado, da execução da norma declarada inconstitucional	31
1.5 Eficácia vinculante para os demais tribunais	33
1.6 Força de precedente	37
1.7 Os atuais limites da intervenção do Senado (art. 52, X, da CF/1988) ..	43
1.8 Conclusões	48
2. EFICÁCIA DAS SENTENÇAS NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	51
2.1 O controle abstrato de constitucionalidade	51

2.2	Natureza do processo nas ações de controle abstrato	53
2.3	Natureza dúplice das ações	56
2.4	A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)	57
2.5	Natureza declaratória da sentença de mérito e eficácia <i>ex tunc</i>	61
2.6	Eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante	63
2.7	Termo <i>a quo</i> da eficácia declaratória e do efeito vinculante; distin- ção.....	64
2.8	Modulação dos efeitos.....	64
2.9	Cumprimento das sentenças	69
	2.9.1 Situações jurídicas anteriores	69
	2.9.2 Situações jurídicas supervenientes	71
2.10	Conclusões	72
3.	EFICÁCIA DAS LIMINARES NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	75
3.1	A “função cautelar” como inerente à atividade jurisdicional	75
3.2	Natureza antecipatória das medidas liminares	77
3.3	Eficácia executiva da decisão.....	80
3.4	Eficácia vinculante, <i>ex nunc</i> e <i>erga omnes</i>	82
3.5	Cumprimento das liminares.....	84
3.6	Natureza provisória das liminares e efeitos da sua revogação	86
3.7	Ajustamento das situações jurídicas nascidas na vigência e por in- fluência da liminar revogada	88
3.8	Suspensão dos prazos prescricionais e decadenciais na vigência da liminar	90
3.9	Conclusões	92
Parte Segunda		
EFICÁCIA TEMPORAL, RESCISÃO E REVISÃO DAS SENTENÇAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL		
4.	EFICÁCIA TEMPORAL E REVISÃO DAS SENTENÇAS SOBRE RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO EM MATÉRIA CONSTITUCIO- NAL.....	97
4.1	A incidência da norma e a jurisdição do caso concreto	97

4.2	Espécies de relação jurídica e limites objetivos e temporais da eficácia da sentença.....	99
4.3	Limites temporais da eficácia da sentença e cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	105
4.4	Ação de revisão da sentença	107
4.5	Modificação do estado de direito por força de decisão do STF com eficácia <i>erga omnes</i>	109
4.5.1	Decisão declaratória de inconstitucionalidade e suspensão da norma pelo Senado (art. 52, X, da CF/1988).....	110
4.5.2	Decisão de mérito em ações de controle abstrato de constitucionalidade	115
4.5.3	Decisão de mérito em arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	118
4.5.4	Súmula vinculante e decisão sob o regime de repercussão geral ..	118
4.6	Conclusões	121
5.	EFICÁCIA TEMPORAL DAS SENTENÇAS EM AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	125
5.1	Coisa julgada em ações de controle abstrato de constitucionalidade...	125
5.2	Vedação de rescisória e renovação da causa baseada em novo fundamento.....	128
5.3	Estabilidade do julgado e cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	130
5.4	Mudança no estado de direito	131
5.4.1	O problema do controle em abstrato da legitimidade das normas pré-constitucionais.....	132
5.4.2	Norma recepcionada: controle por ação declaratória de constitucionalidade e por ação direta de inconstitucionalidade ...	134
5.5	Mudança no estado de fato: inconstitucionalidade superveniente ...	137
5.6	Revisão das sentenças confirmatórias da constitucionalidade.....	139
5.7	O problema da “constitucionalização” superveniente.....	143
5.8	Emendas constitucionais retroativas.....	145
5.9	Conclusões	152
6.	AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL.....	155
6.1	O conflito entre a estabilidade jurídica e a justiça das sentenças.....	155
6.2	Coisa julgada e violação a “literal disposição de lei”.....	159

6.3	A estabilidade dos julgados, o princípio da supremacia da Constituição e a autoridade do STF	162
6.4	Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle concentrado	167
6.5	Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle difuso	168
6.6	Rescisão de sentença em matéria constitucional não apreciada pelo STF	170
6.7	Rescisão de sentença em matéria objeto de ADI ou ADC em andamento	173
6.8	Rescisão de sentença em questões não sujeitas aos mecanismos de controle de constitucionalidade das normas	175
6.9	Conclusões	178
7.	INEXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE SENTENÇAS INCONSTITUCIONAIS	179
7.1	O novo fundamento de oposição à execução de título judicial	179
7.2	As diversas posições doutrinárias a respeito	179
7.3	Exegese do preceito normativo: constitucionalidade e alcance	182
7.4	Especificidade das sentenças inconstitucionais que acarretam a inexigibilidade da obrigação	183
7.4.1	Sentenças que aplicaram norma declarada inconstitucional pelo STF	184
7.4.2	Sentenças que deixaram de aplicar norma declarada constitucional pelo STF	187
7.5	Pressuposto indispensável: a existência de precedente do STF	189
7.6	Aplicação subsidiária às ações executivas <i>lato sensu</i>	190
7.7	Conclusões	192
	BIBLIOGRAFIA	193
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	201
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR	205